



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Conferência de Imprensa

Porto, 16 julho 2019

A legislatura de A a Z

[Mais] Um ano de desrespeito pelos professores e o seu trabalho;

[Mais] Uma legislatura perdida na Educação!

O recente debate parlamentar sobre o Estado da Nação quase ignorou a Educação. Foi o culminar de uma legislatura em que a Educação não foi prioridade da governação, apenas lembrada porque os professores não deixaram que caísse no esquecimento. Em relação ao financiamento público da Educação, o tempo foi de estagnação; no que respeita às condições de trabalho (de docentes, pessoal não docente e alunos) nas escolas, o tempo não foi de melhoria; quanto aos professores, o tempo foi de desrespeito e desvalorização, tendo prosseguido um ataque que começou a ser desferido há uma dúzia de anos atrás. O último ano letivo da legislatura, o que agora terminou, foi, dos quatro, aquele em que esse ataque se revelou mais violento, com o governo a concretizar o roubo de parte significativa da vida profissional de educadores e professores, ao mesmo tempo que ignorava todos os outros problemas que também os afetam.

Numa apreciação de A a Z sobre a legislatura que está prestes a terminar, temos que:

A

Aposentação dos docentes

Apesar do reconhecido envelhecimento do corpo docente das escolas, o governo nada fez no sentido de permitir a saída dos mais velhos, permitindo a entrada dos mais jovens. Não quis negociar um regime específico de aposentação, não aceitou a utilização do tempo congelado para efeitos de aposentação e recusou aplicar o regime de pré-aposentação.

B

Brilhantismo

Foi brilhante a forma como os docentes, apesar de feridos na sua dignidade, desrespeitados nos seus direitos e não melhoradas as suas condições de trabalho, se dedicaram aos alunos, como confirma a redução do insucesso escolar a níveis nunca antes verificados.

C

Carreira docente

Pervertida por sucessivas medidas, todas com o mesmo objetivo, que é desvalorizar a carreira dos educadores e professores, prevendo-se que, em nome de uma alegada

recomposição, o futuro governo pretenda revê-la em baixa, devendo os professores preparar-se para a defender, desde logo exigindo a contagem integral do tempo de serviço e a abolição de medidas administrativas que existem, apenas, para travar a progressão na carreira, impedindo a maior parte dos docentes de atingirem os escalões de topo.

D

Dimensão das turmas

Pouco foi feito, tendo mais um carácter simbólico que implicações efetivas, com as turmas a manterem um número elevado de alunos, muitas vezes com alunos de vários anos de escolaridade (1.º Ciclo) ou alunos com necessidades educativas especiais que justificavam a sua redução.

E

Educação inclusiva

O preâmbulo do regime aprovado é promissor, mas a expectativa começa a desfazer-se com a leitura do articulado e é frustrada pela realidade das escolas, onde os recursos ficam aquém do que se impunha e as condições de trabalho em sala de aula não mereceram qualquer tipo de alteração significativa; “esqueceu-se” o ME que a inclusão começa muito antes da escola, pelo que deveria ter encarado a intervenção precoce com outra atenção, por exemplo, criando o grupo de recrutamento há muito reclamado.

F

Flexibilidade curricular

A ideia até pode não ser má, mas não chega, sendo necessário que a tutela compreenda que não pode fazer cair todo o trabalho sobre as costas dos mesmos de sempre: os docentes; a sobrecarga é já tremenda, mas, apesar disso, aos professores não deixam de ser impostas mais e mais reuniões, mais e mais ações de formação, mais e mais papeis... até onde poderão chegar as exigências para fazer o que, segundo alguns, já se fazia, mas com outros nomes e muito menos burocracia?

G

Gestão democrática

Extinta em 2008, por Lurdes Rodrigues, os governos seguintes, incluindo o atual, disseram apostar em lideranças fortes nas escolas, como se estas fossem incompatíveis com princípios como os da elegibilidade, colegialidade e participação de toda a comunidade escolar nas decisões a tomar; é que, pelo contrário, a democracia legitima as lideranças, reforçando-as.

H

Horários de trabalho

Apesar de a lei estabelecer o limite de 35 horas, os professores trabalham hoje quase 50, o que, nuns casos, decorre de orientações da administração educativa e, em outros, de decisões das direções das escolas que contam com a cumplicidade daquela; o chamado *sobretabalho* é, hoje, dos principais fatores de desgaste e exaustão emocional do corpo docente, mas o Ministério da Educação nada quer fazer para alterar uma situação que é marcada por abusos e ilegalidades. Exemplos? 56 reuniões só num agrupamento para implementar o regime de educação inclusiva; milhares de professores a folhear e apagar riscos em manuais escolares para futura reutilização.

I

Indisciplina

Este é um problema que afeta o dia-a-dia da escola; os professores em Portugal são dos que mais se debatem com problemas de indisciplina na sala de aula, mas nada foi feito pela tutela para alterar a situação. A FENPROF tem vindo a alertar para o problema e tem propostas concretas que poderão contribuir para o atenuar, mas, claramente, esta não foi área que o Ministério da Educação tivesse considerado prioritária.

J

Jurídico

Foi este o caminho por que muitos professores tiveram de optar por serem desrespeitados os seus direitos: ultrapassagens, violação das normas de elaboração do horário de trabalho, contagem de tempo de serviço em regime de contratação para efeitos sociais são só alguns exemplos. Foi também por via jurídica que a FENPROF contestou os serviços mínimos impostos pelo ME aquando da greve às avaliações (tendo o ME perdido em toda a linha com decisões que vão do tribunal da Relação ao Supremo Tribunal de Justiça), correndo também novo processo contra o Ministério por violação da lei da greve, a par de pressões e ameaças sobre os professores.

K

Kafkiano

Todo o processo de recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias, da chamada negociação à recuperação, teria dado para Franz Kafka, fosse ainda vivo, escrever um livro. As reuniões que decorreram desde 17 de novembro de 2017 até ao veto e posterior promulgação pelo Presidente da República, ou o debate e votações na Assembleia da República, no âmbito da apreciação parlamentar, até às instruções enviadas pela DGAE às escolas... Tudo isto para roubar tempo de serviço aos professores... O que Kafka aproveitaria desta história que ainda não terminou...

L

Luta dos Professores

Foi e será inevitável! O roubo de tempo de serviço, a exigência de um regime específico de aposentação, o combate à precariedade ou a regularização dos horários de trabalho foram e continuarão a ser os 4 grandes eixos da ação reivindicativa dos professores, porque o governo e a sua equipa para a Educação acabam o mandato sem resolver estes problemas. Dia 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, também em Portugal, professores e educadores voltarão à rua exigindo respeito e determinados em continuar a defender a sua dignidade profissional.

M

Municipalização

As coisas não correram tão bem como pretenderia o governo, com, apenas, 84 municípios a aceitarem, desde já, a transferência de competências previstas em lei e 194 a recusarem. Os professores consideram que este não é o caminho, como confirmam experiências noutros países, e lutarão para reverter um processo que é nefasto ao futuro da Escola Pública.

N

Negociação

A legislatura iniciou-se com o ministro da Educação a propor a realização de reuniões trimestrais, para avaliação das políticas e reflexão sobre caminhos a seguir e acaba com o bloqueamento, até, de processos negociais de carácter obrigatório. Perceberam-se, cedo, as razões da alteração de posição. Gostaria o ministro que a FENPROF se apresentasse nas

reuniões para, simplesmente, acompanhar as posições de quem se chegou a autoproclamar lutador radical pelos professores. Acaba, tristemente, a propósito do tempo de serviço roubado, a afirmar que os professores foram os únicos que tiveram o melhor de dois mundos.

O

Orçamento da Educação

Estagnou. Não continuaram os cortes, mas não houve reversão, tendo-se vivido um tempo de estagnação. Os cerca de 4% do PIB atribuídos à Educação continuam muito longe dos 6,5% das recomendações internacionais. Até onde se poderia ir se não fosse a obsessão do défice?...

P

Precariedade

O programa do governo falava num combate determinado à precariedade, mas, na verdade, isso não aconteceu. É verdade que, ao longo da legislatura, entraram sete mil docentes nos quadros, mas também é verdade que os últimos, os que ingressaram este ano, tinham, em média, 15 anos de serviço e mais de 44 anos de idade, portanto, muito longe do que acontece no setor privado, apesar de o Estado Português estar obrigado, por força de diretiva comunitária, a tratar de igual forma os dois setores, não podendo, enquanto patrão, abusar do recurso à contratação a termo.

Q

Qualidade

A qualidade da Escola Pública mantém-se porque os seus profissionais, com esforço, comprometimento e, até, sacrifício, a garantem. As condições de trabalho não melhoraram, os direitos profissionais não são respeitados, os níveis de desgaste são elevadíssimos e os ataques perpetrados por alguns governantes e comentadores são violentos, mas os professores têm sido superiores a tudo isso, sabendo que os seus alunos e o futuro do País se devem elevar perante problemas tão fortes e gente tão fraca. Isso, contudo, não significa que se acomodem e desistam de lutar. Nada disso, a sua atitude profissional legítima ainda mais a luta que desenvolvem!

R

Rejuvenescer a profissão

É inadiável. Portugal tem desperdiçado gerações de professores e não pode continuar a fazê-lo, sob pena de, dentro de pouco tempo, precisar e não ter docentes devidamente qualificados, como já acontece em outros países. Como tal, é necessário deixar sair os mais velhos e tornar atrativa a profissão para fazer regressar profissionais que a deixaram e trazer outros à profissão.

S

Simplex nas escolas

O Ministério da Educação veio ensinar os professores a fazer atas, a organizar visitas de estudo, a conceber instrumentos de autonomia (numas simples 3 páginas), a contratar apoio jurídico externo e a adquirir manuais escolares... A este manual de instruções, o Ministério da Educação chama “Escola + Simplex para Professores”. O que não seria a escola se em vez de um manual de instruções tivessem sido tomadas medidas de desburocratização, libertando os professores de toda a papelada que têm de preencher ao longo do ano, de relatórios a formulários, boa parte de utilidade duvidosa?...

T

Tempo de serviço

Falta ainda recuperar 6 anos, 6 meses e 23 dias! Mas, mesmo em relação aos 2 anos, 9 meses e 18 dias, o Ministério da Educação conseguiu instalar a confusão, através de um processo que obrigou a optar entre duas modalidades de roubo e, aos docentes dos 4.º e 6.º escalões, que aguardam vaga para progredir, nem esta parcela de tempo de serviço deixa recuperar... A luta continua!

U

Ultrapassagens

Professores de maior antiguidade foram ultrapassados por colegas reposicionados; professores de maior antiguidade são ultrapassados por colegas que exercem funções na Madeira e nos Açores; professores de maior antiguidade são ultrapassados por colegas que também estão a ser roubados, mas, por circunstâncias várias lhes passam à frente. No Ministério da Educação sabe-se disto, mas nada é feito para resolver o problema das ultrapassagens. Os casos acabam em tribunal, havendo já milhares de docentes com ações em curso. Para os atuais governantes a saída é simples: na próxima legislatura já não estarão no ME e quem vier que feche a porta...

V

Valorização da Escola Pública

No início tudo parecia que seria diferente, com o governo a cortar financiamento a colégios privados que concorriam diretamente com escolas públicas sendo pagos pelo Estado para o fazer. Os contratos de associação foram muito reduzidos, mas a opção pela Escola Pública parece ter ficado por aí. O investimento indispensável para que esta pudesse elevar a qualidade das suas repostas ficou adiado e, agora, o partido do governo diz que a Educação será uma das suas futuras prioridades... Má consciência?

W

www.

Tudo está controlado. É a plataforma SIGRHE, a plataforma de acesso das direções das escolas, a plataforma para lançar as notas dos alunos, a plataforma disto e mais daquilo, confirmando que a autonomia de que as escolas gozam é controlada à distância por uma administração que é tão ou mais centralizadora que no passado. Mas que enche a boca com a autonomia, lá isso enche!

X

Xenofobia

A Escola em Portugal está muito longe de ter um papel mais ativo na construção de competências de cidadania nas crianças e jovens que as frequentam. Ambiente, combate à xenofobia e ao racismo, igualdade de género ou educação sexual são apenas alguns dos temas que deveriam ter merecido outra atenção. E não basta afirmar que estes são temas transversais que deverão estar presentes em todas as disciplinas, é necessário fazer (muito) mais do que até aqui, incluindo ao nível da formação de professores.

Y

Yuppie

A escola continua a tentar incutir nas crianças e jovens o conceito *yuppie*. Nesse sentido, contribuem as iniciativas ditas de empreendedorismo que se encontram logo a partir da Educação Pré-Escolar. Provavelmente também ensinando aos alunos que já não há conflito

entre trabalho e capital e que o tempo dos trabalhadores já lá vai, sendo, agora, todos colaboradores. Com a vida, os agora meninos aprenderão que lhes estavam a mentir.

Z

Ziguezagueando

Foi assim que o Ministério da Educação funcionou no início da legislatura. Ia ouvindo as propostas dos professores e considerava algumas nas medidas que tomava. Depois mudou a postura e na segunda metade da legislatura bastava que as organizações sindicais apresentassem propostas para que fossem rejeitadas, chegando-se ao ponto de ser recusada a sua discussão, como aconteceu em relação à recuperação do tempo de serviço. É lamentável esta insuficiência democrática dos governantes.

Avaliação final:

Tendo em conta a apreciação de A a Z antes descrita e porque no final de cada ano e, principalmente, de cada legislatura, é habitual avaliar o desempenho dos governantes, a FENPROF avalia negativamente o desempenho do governo em relação à Educação, à Escola Pública e aos Professores e Educadores; avalia negativamente o resultado final de 4 anos de subfinanciamento da Educação, pois, apesar de se terem estancado os cortes impostos por PSD e CDS-PP, estes não foram revertidos; avalia negativamente a ação do Ministério da Educação, principalmente no que respeita à sua relação com os professores e educadores, que fica marcada por desrespeito e abusos; finalmente, por ausências repetidas e consequente falta de elementos de avaliação o ministro da Educação chumba por faltas. É o que acontece a quem foge à escola para andar atrás da bola.

Para o futuro:

*A FENPROF considera indispensável que os partidos clarifiquem, desde já, as suas posições para a próxima legislatura, pelo que lhes enviará diversas **perguntas** cujas respostas serão divulgadas junto dos professores, durante o mês de setembro, promovendo, também, um **debate** durante o período da campanha eleitoral; promoverá uma iniciativa no dia 2 de setembro em **defesa do rejuvenescimento** da profissão docente; lançará um **abaixo-assinado**, também em 2 de setembro, a repor os principais objetivos de luta dos docentes para o ano letivo 2019/20; mobilizará os professores para a **Manifestação Nacional do Dia Mundial do Professor** (5 de outubro); apresentará ao próximo ministro da Educação, nos primeiros dias do mandato, um **Caderno Reivindicativo** para a legislatura.*

Na próxima legislatura, independentemente da natureza do governo que for constituído e dos apoios que tiver, a FENPROF continuará disponível para negociar, mas, com os professores e educadores, nunca abdicará de lutar, se caso estes continuem a ser desrespeitados e a Escola Pública continue a não ser devidamente valorizada.

O Secretariado Nacional da FENPROF